



Número do Processo: 231/22.

Comissão Conjunta.

PROJETO DE LEI ORDINÁRIA. ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3.629, DE 20 DE JUNHO DE 2012, QUE REFORMULA O PROGRAMA DE AUTONOMIA FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS – PAFIE. OBEDIÊNCIA AO REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA. OBEDIÊNCIA À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO. CONSTITUCIONALIDADE.

## **PARECER**

### **1 – RELATÓRIO**

Trata-se de propositura de Lei Ordinária de autoria do Prefeito que “ACRESCENTA E ALTERA DISPOSITIVOS NA LEI Nº 3.629, DE 20 DE JUNHO DE 2012, QUE REFORMULA O PROGRAMA DE AUTONOMIA FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES EDUCACIONAIS – PAFIE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

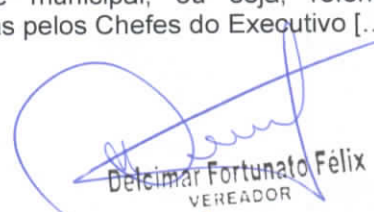
### **2 – FUNDAMENTAÇÃO**


#### **2.1 – DA CONSTITUCIONALIDADE MATERIAL DO PROJETO**

A Constituição Federal de 1988 estabelece que compete privativamente ao Presidente da República exercer, com o auxílio dos Ministros de Estado, a direção superior da administração federal (artigo 84, inciso II). Este mandamento aplica-se também aos Governadores e Prefeitos e seus respectivos Secretários, conforme ensina Pedro Lenza<sup>1</sup>:

As hipóteses previstas na Constituição Federal de iniciativa reservada do Presidente da República, pelos princípios da simetria e da separação de Poderes, devem ser observadas em âmbito estadual, distrital e municipal, ou seja, referidas matérias terão de ser iniciadas pelos Chefes do Executivo [...]

<sup>1</sup> Direito Constitucional Esquematizado, 25ª edição, 2021, página 914.

  
Delcímar Fortunato Félix  
VEREADOR

  
Domingos Paula de Souza  
Vereador PV



Tendo em vista que a proposta aqui analisada visa a concretizar tal dispositivo, afinal altera a organização da Administração Pública que o Chefe do Executivo local dirige, e não afronta qualquer princípio ou preceito da Carta Magna, ela é materialmente constitucional. Sendo assim, não há óbice para a continuidade da análise que aqui é feita.

## **2.2 – DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO PARA LEGISLAR ACERCA DA MATÉRIA**

Segundo Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo, “a repartição constitucional de competências é a técnica utilizada para distribuir entre as pessoas políticas de um Estado do tipo federativo as diferentes atividades de que ele é incumbido”<sup>2</sup>. Essa foi a maneira encontrada a fim de que houvesse um certo grau de equilíbrio entre as diferentes entidades que compõem a República brasileira.

Buscando a forma como o assunto discutido é tratado no texto constitucional, percebemos que ele não consta no rol de competência privativa federal (artigo 22 da nossa Lei Maior) e não há norma alguma aduzindo que se trata de competência privativa estadual.

Por outro lado, o inciso I do artigo 30 da Constituição Federal, dispõe que os Municípios podem legislar sobre matérias de interesse local. Ora, a alteração das normas que regulamentam um programa de autonomia financeira das instituições educacionais do Executivo da cidade de Anápolis se amolda a esse dispositivo constitucional.

Destarte, inexistente a chamada inconstitucionalidade formal orgânica, que é aquela que incide quando o ente federativo não observa a competência de outro ente para criar normas acerca de um tema.

## **2.3 – DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO PARA INICIAR O PROCESSO LEGISLATIVO TRATANDO SOBRE O ASSUNTO**

O processo legislativo, segundo Pedro Lenza<sup>3</sup>, “consiste nas regras procedimentais, constitucionalmente previstas, para a elaboração das espécies normativas,

<sup>2</sup> Direito Administrativo Descomplicado, 29ª edição, 2021, página 815.

<sup>3</sup> Direito Constitucional Esquematizado, 25ª edição, 2021, página 909.

  
Delcimar Fortunato Félix  
VEREADOR

  
Domingos Paula de Souza  
Vereador PV



regras estas a serem criteriosamente observadas pelos 'atores' envolvidos no processo". O eminente doutrinador o divide em 3 fases, quais sejam: iniciativa, constitutiva e complementar.

Em relação à primeira delas, é mister explicar que existe em nosso ordenamento jurídico algumas hipóteses de deflagração do procedimento, como a geral, a concorrente, a privativa, a popular, a conjunta, a do artigo 67 da Carta Magna e a parlamentar ou a extraparlamentar.

Pois bem, o que nos importa nesta análise é a privativa, afinal algumas leis só podem ter o seu processo iniciado por determinada pessoa ou órgão. E é justamente o caso do projeto aqui analisado.

Isso, porque a nossa Lei Maior determina que é de iniciativa privativa do Presidente da República as leis que disponham sobre servidores públicos da União e Territórios, seu regime jurídico e provimento de cargos (artigo 61, § 1º, inciso II, alínea "c").

A mesma observação feita acima se aplica aqui: esse dispositivo, com base no princípio da simetria, serve também para os Governadores e Prefeitos e suas respectivas Secretarias.

Além disso, a Lei Orgânica do Município, nos incisos III e IV de seu artigo 54, aduz que compete privativamente ao Chefe do Executivo local a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre regime jurídico e provimento de cargos dos servidores, além de organização administrativa, serviços e pessoal da administração.

Levando em consideração que a propositura foi apresentada justamente pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito, tais mandamentos foram observados. Sendo assim, não há que se falar em vício de inconstitucionalidade formal subjetivo em seu texto.

## **2.4 – CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A forma escolhida, qual seja, proposição de Lei Ordinária, é correta, pois o que se pretende com a sua apresentação é alterar e acrescentar dispositivos a um diploma normativo que possui justamente esse *status*.

  
Delcimar Fortunato Felix  
VEREADOR

  
Domingos Paula de Souza  
Vereador PV





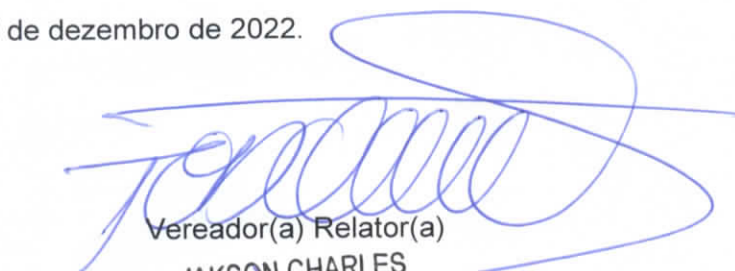
Por fim, o Regimento Interno desta Casa dispõe que Projeto de Lei é a propositura que tem o objetivo de regular todo e qualquer tema de competência do Município, apresentado em 2 (dois) turnos de votação e sujeito à sanção do Prefeito (artigo 98).


### 3 – CONCLUSÃO

Ante o exposto, percebe-se que foram observados os preceitos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Município e do Regimento Interno da Câmara. Além disso, o Projeto é oportuno e conveniente e, por isso, opina-se **FAVORAVELMENTE** a ele, **DESDE QUE NA FORMA DA EMENDA APRESENTADA**.

É o parecer.

Anápolis, 20 de dezembro de 2022.

  
Vereador(a) Relator(a)  
**JAKSON CHARLES**  
Vereador

  
Frederico Moreira Caixeta  
VEREADOR

  
João Batista Peixoto  
VEREADOR

  
Domingos Paula de Souza  
Vereador PV

  
Seliane Maria dos Santos  
VEREADORA

  
Delcimar Fortunato Félix  
VEREADOR

IBRG/PARECER N° 345



**CÂMARA  
MUNICIPAL**  
DE ANÁPOLIS

Processo: 231/22.

Comissão Conjunta.

A Comissão Conjunta, no uso de suas atribuições estabelecidas pelo artigo 116 e artigo 117, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Anápolis, apresenta

## **EMENDA**

a fim de acrescentar o artigo 13-A à Lei 3.629, de 20 de junho de 2012, cuja redação será a seguinte:

Art. 13-A. Os Diretores das escolas públicas municipais de Anápolis deverão enviar à Câmara dos Vereadores, no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da solicitação por este órgão, balancete de repasses e gastos dos recursos à conta do PAFIE, com documentos comprobatórios, tais como notas fiscais.

Parágrafo único. O descumprimento da obrigação estabelecida no *caput* poderá gerar o afastamento do gestor até que ela seja cumprida.

É a emenda.

Sala das Reuniões das Comissões, de de 2022.

IBRG/EMENDA 34-22/20-12-2022

Palácio de Santana,  
Av. Jamel Cecílio, Q 50, L 14  
Bairro Jundiaí, Anápolis-go  
CEP: 75110-330  
[anapolis.go.leg.br](http://anapolis.go.leg.br)